

3412.223.2(81)

SEÇÃO CRIMINAL

Embriaguez e delinquência

JOÃO JOSÉ LEAL

Diretor do Centro de Ciências Jurídicas e Professor de Direito Penal*

I — Introdução — Da antigüidade à atualidade. O grande vício da humanidade

Examinar a relação entre alcoolismo e delinquência é assunto de inegável interesse criminológico, apesar das divergências quanto às conclusões verificadas pelos estudiosos, o que é comum no campo das ciências sociais. Mas é evidente a preocupação científica em demonstrar a influência do alcoolismo na geração de um maior ou menor índice de delinquência de um povo.

Tem sido uma atitude comum, no campo da moral, da religião, da medicina, da economia, da política, do direito e da criminologia estudar as conseqüências desastrosas do consumo excessivo de bebidas alcoólicas. A questão ganha importância na medida em que a embriaguez tem sido, através dos tempos e em todos os lugares, **o grande vício da humanidade**. As civilizações mais antigas fizeram uso abusivo de bebidas alcoólicas. Gregos e romanos não só as consumiam largamente, como chegaram a sublimar a embriaguez pelo vinho, fator que contribuiu seguramente para a decadência dos costumes, da moral e, enfim, para o desaparecimento da civilização greco-romana.

Na verdade, desde a antigüidade até o presente momento histórico, quase todos os povos, dos mais atrasados aos mais avançados culturalmente, dominaram a técnica da produção de bebida alcoólica, sendo comum a prática do seu consumo abusivo. Nosso indígena, que sempre viveu num estágio de vida cultural bastante simples e natural, não deixou de produzir o cauim, obtido a partir do líquido fermentado da mandioca (ou outros frutos e raízes) e que era ingerido até a embriaguez, nas festas grupais.

A situação atual não é muito diferente. O álcool lamentavelmente mantém um lugar de destaque na vida do homem contemporâneo e seu consumo abusivo

* Fundação Universidade Regional de Blumenau.

ocasiona sérios prejuízos, seja de ordem individual, seja de ordem social. Segundo enfatizou a Divisão Nacional de Saúde Mental, do Ministério da Saúde (DNSM - MS), os males resultantes do uso abusivo de bebidas alcoólicas não se limitam apenas ao Alcoolismo ou Síndrome de Dependência do Alcool, que seria sua consequência específica, atingindo diretamente o alcoólatra. Estudos demonstram também outras consequências individuais ou coletivas bastante graves, geradas pelo etilismo: aumento significativo dos índices de acidentes de trânsito e do trabalho, **aumento da delinquência em geral** queda na produtividade dos trabalhadores, desorganização e desintegração familiar, desvios comportamentais, efeitos que incidem sobre o indivíduo, a família e a comunidade e que exigem vultosos recursos financeiros para o tratamento e a reabilitação dos atingidos direta ou indiretamente pelo alcoolismo⁽¹⁾.

Estatísticas indicam que o alcoolismo vem sendo o primeiro ou o segundo responsável por internamento em clínicas psiquiátricas, só perdendo para as neuroses. É visível, mesmo ao leigo, o grande número de alcoólatras nas clínicas de doentes mentais. Pesquisa realizada pelo Centro Brasileiro de Informação sobre Drogas e Psicotrópicos da Escola Paulista de Medicina, em 452 hospitais psiquiátricos, referente ao ano 1989, revelou que, dos 67.478 internos por drogas, 64.000 (94,8%) eram alcoólatras, enquanto apenas 3.478 (5,2%) estavam (ou tinham sido internados) por outras drogas⁽²⁾.

II — Alcoolismo é doença?

A partir de 1945, com a publicação da tese do psicólogo norte-americano E. M. Jellineck, predomina o entendimento de que o alcoolismo é uma doença. Entende-se que o metabolismo do organismo do alcoólatra apresenta características diferentes das do não-alcoólatra. Embora a questão não seja pacífica, há uma evidência científica no sentido de que o etilista dependente seja portador de características genéticas e fisiológicas que o predis põem para o vício da embriaguez.

A — Posição da Organização Mundial de Saúde (OMS)

Com base nesse entendimento predominante, a Organização Mundial de Saúde (OMS) reconhece o alcoolismo como doença, desde 1947, classificando-a, no Código Internacional de Doenças, como a Síndrome da Dependência Alcoólica ou Alcoolismo, posição também adotada pela Associação Médica Americana (EUA), desde 1956. Idêntico entendimento é compartilhado pela grande maioria das associações e conselhos nacionais de medicina.

* Fundação Universidade Regional de Blumenau

B — Teoria da predisposição genética

Em interessante trabalho sobre as "Bases Genéticas do Alcoolismo: Visão Geral", a professora Maristela G. Monteiro, da Escola Paulista de Medicina, conclui que o "alcoolismo é, provavelmente, uma doença geneticamente influenciada". Segundo ela, outra possibilidade é a de ser ele "poligênico e multifatorial, ou seja, resultante da ação de diversos genes e fatores ambientais, uma vez que genes não

podem existir sem um meio ambiente onde se expressem, e que o próprio meio modifica a expressão final de combinações genéticas específicas"⁽³⁾. Esclarece, no entanto, que aceitar a tese de uma predisposição genética não significa afirmar necessariamente que "o indivíduo tenha um gene para o alcoolismo ou uma substância química específica que possa desencadeá-lo, mesmo com mínimas quantidades de álcool"⁽⁴⁾.

C — Posição do movimento dos Alcoólatras Anônimos

Uma outra corrente, embora minoritária e cientificamente inexpressiva, entende ser o alcoolismo uma doença hereditária. Para os defensores desta corrente, o alcoólatra, por transmissão hereditária, traz dentro de si o gene do etilismo e que por isso seria um predestinado inevitável para o vício, ou seja, um indivíduo portador de uma compulsão biológica, que o conduz ao vício da embriaguez, tão logo tenha ele contato com o primeiro gole.

Este entendimento, embora bastante discutível cientificamente, é defendido pelos integrantes do movimento internacional de "Alcoólatras Anônimos", que desenvolve um trabalho admirável em favor daqueles que bebem descontroladamente. Em reuniões constantes, os alcoólatras se conscientizam de que são verdadeiros doentes etílicos e, numa autêntica terapia de grupo, narram com toda a sinceridade as misérias e sofrimentos que lhes foram causados pelo alcoolismo.

Entendem eles que esse tipo de confissão pública, esse processo contínuo e permanente de interação psicocoletivo, garante-lhes a motivação suficiente para **evitar o primeiro gole**, porque o difícil não é parar de beber, mas sim não voltar a beber.

O movimento surgiu nos Estados Unidos e se propagou por todo o mundo. No Brasil, os grupos de AAs mantêm uma atividade relativamente intensa, desenvolvendo um importante trabalho em prol da recuperação de muitos alcoólatras.

D — Posição da Suprema Corte dos EUA

Apesar desta quase unanimidade sobre a natureza patológica do vício da embriaguez, a Suprema Corte dos EUA decidiu, em abril de 88, por maioria de votos (4 a 3), que "o alcoolismo é um desvio de conduta intencional (Willful misconduct) e não uma doença". A decisão julgou improcedente a pretensão de dois veteranos de guerra que pleiteavam ser considerados inválidos para o trabalho, em consequência do alcoolismo e, com isto, receberem pensão do Estado⁽⁵⁾. A decisão gerou uma grande celeuma nos meios judiciais norte-americanos, pois fundamentou-se na premissa de que o alcoolismo é conduta eticamente reprovável e, sendo fruto da livre decisão do homem, deve este arcar moralmente com o ônus de sua desastrosa opção pelo vício da embriaguez etílica.

Acoimada de moralista e anticientífica, deve-se reconhecer que a referida decisão reflete uma posição que coincide com a moral social, pois não é necessário ser um estudioso para constar que a opinião pública condena severamente os

(1) "Subsídios para uma Política do Uso de Bebidas Alcoólicas em Saúde Pública", DNSM - MS, 1981.

(2) "Folha de S. Paulo", 27.1.91, C - 5.

(3) Rev. Ass. Med. Bras., vol. 36, abr./jun, 1990, pág. 80.

(4) Idem.

(5) "Folha de S. Paulo", 28.4.88, A-17.

autores de condutas criminosas ou anti-sociais praticados em estado de embriaguez e, de um modo geral, condena também o próprio uso abusivo de bebida alcoólica.

E — Posição do CP brasileiro

Seguindo orientação generalizada, nosso Código Penal, em seu artigo 28, inciso II, pune o crime praticado em estado de completa embriaguez pelo álcool, seja ela culposa ou voluntária, crônica ou aguda, partindo da premissa de que o agente goza de plena liberdade de decisão, ou seja, de que possui ele integral capacidade de entendimento do caráter ilícito de sua conduta. A fórmula tem sido criticada, por introduzir no direito positivo uma hipótese de responsabilidade objetiva, contrariando todo um sistema punitivo baseado na idéia da culpa subjetiva.

É, na verdade, uma solução adotada por motivo de conveniência político-jurídica e que não deixa de refletir o pensamento leigo acerca dos desvios comportamentais do alcoólatra. Isto porque, do ponto de vista do interesse público, a impunidade do ébrio torna-se intolerável, pois seria entendida como um incentivo e até um prêmio ao vício e à própria criminalidade. Além disso, na prática seria difícil comprovar se, na ocasião do cometimento do crime, o agente estava **completamente embrigado** e sem a necessária consciência da ilicitude de seu comportamento criminoso. Mas isto é questão de natureza processual que não ilide o ilogismo técnico-jurídico representado pela solução adotada pelo CP, no referido dispositivo legal.

Diante do dilema de deixar impune o indivíduo que comete um crime em estado de completa embriaguez ou de puni-lo, preferiu o legislador, contrariando o conceito da culpabilidade adotado pelo sistema penal, a segunda alternativa em nome de uma presumida segurança coletiva.

III — A banalidade do hábito de se ingerir bebidas alcoólicas

É preciso reconhecer que todo e qualquer movimento antialcoolismo vai encontrar sérios obstáculos a serem vencidos. O primeiro deles está no fato de que a grande maioria das pessoas está habituada a ingerir bebidas alcoólicas. Há um hábito generalizado de se beber, seja em casa, nos bares, nas festas e em diversos lugares. Isto dá à bebida um aspecto de normalidade ética, ou seja, ninguém considera o hábito do alcoolismo uma conduta imoral ou anti-social, salvo em relação aos que bebem de forma abusiva e descontrolada e que passam a ser considerados autênticos alcoólatras.

A — Presença do álcool na vida social

A partir dessa concepção, o álcool acompanha o homem em todos os acontecimentos sociais e todo um sofisticado processo de propaganda está a serviço dos lucrativos negócios do mundo das bebidas alcoólicas, desde as bem apresentadas prateleiras dos supermercados, passando pelos convidativos anúncios em jornais e revistas, até os irresistíveis anúncios da TV. Apesar dos males causados pelo álcool, ninguém admite a possibilidade de restringir ou de se exercer um maior controle de sua produção ou, ao menos, de proibir a propaganda de bebidas alcoólicas. As tentativas de proibição legal da produção e do consumo de bebidas alcoólicas, ocorridas no começo deste século na Europa e Estados Unidos, foram um autêntico fracasso.

Pesquisa realizada nos EUA mostrou que, embora a maioria de dois terços da população fosse favorável a certas medidas de controle sobre a venda de bebidas alcoólicas (aviso na embalagem, impostos em dobro, mensagens de alerta contra o álcool em rádio e TV), 78% dos consultados manifestaram-se contrários à proibição de se produzir e de se comercializar bebidas alcoólicas (volta à "lei seca")⁽⁶⁾.

B — Aumento do consumo de bebidas alcoólicas

O consumo de bebida alcoólica vem aumentando consideravelmente. No ano de 1987, os brasileiros consumiram 1 bilhão e 400 milhões de litros de cachaça. A cerveja é, de longe, a grande campeã brasileira, pois seu consumo em 1983 foi de 3 bilhões e 904 milhões de litros. Conforme informou a "Folha de S. Paulo", o consumo brasileiro de cachaça é de 20 litros por habitante, o que exige uma produção anual de 3 bilhões de litros.

De acordo com as estatísticas, cuja exatidão é bastante discutível, o consumo de álcool puro no Brasil foi de 11,5 litros **per capita** em 1987, média que fica abaixo da França (16 litros), Espanha (14 litros), Portugal (13,5 litros) e Itália (12,8 litros). Além da insegurança das estimativas, principalmente por causa da sonegação (é sabido que, no mínimo, a metade da cachaça brasileira é produzida, comercializada e consumida clandestinamente), é bom não esquecer que, naqueles países europeus, consomem-se basicamente o vinho e a cerveja, bebidas de menor teor alcoólico do que a nossa pinga.

Outros dados estatísticos, também divergentes, informam que, no Brasil, o número de alcoolistas situa-se entre quatro e seis milhões (Luiz R. Carazzo, Gazeta do Povo, 3.6.90, pág. 5) Para o Jornal "O Estado de S. Paulo", há treze milhões de alcoólicos e toxicômanos neste país (19.8.85). Já a Revista CIPA, afirma que "existem cerca de doze milhões de bebedores compulsivos no Brasil" (n.º 132, 1990, pág. 32).

IV — Prejuízos causados pelo alcoolismo

Ninguém desconhece os males causados pelo alcoolismo: violência, miséria, desemprego, fome, doença, etc. No plano econômico, as conseqüências do uso indevido de bebida alcoólica são verdadeiramente calamitosas. Os números são assustadores.

Nos EUA, no ano de 1987, 98 mil pessoas morreram em conseqüência do uso abusivo de bebida alcoólica, sendo que, 5.700 dessas mortes, ocorreram em acidentes de trânsito. No mesmo ano, calcula-se que o etilismo causou um prejuízo de 117 bilhões de dólares à economia norte-americana, decorrente de ausência e acidentes no trabalho, tratamento médico-hospitalar e internamentos, morte precoce, desavenças familiares, acidentes de trânsito, delinquência, etc.⁽⁷⁾

No Brasil, segundo a OMS, o alcoolismo causou um prejuízo de 20 bilhões de dólares, o que equivale a 5,4% do PIB e foi responsável por 60% dos acidentes de trânsito⁽⁸⁾.

(6) "Folha de S. Paulo", 28.4.88, A — 17

(7) Idem.

(8) Idem, 27.1.91, c — 5.

Isto é suficiente para nos dar uma idéia da dimensão do grande desastre econômico-social e humano causado pelo alcoolismo, não só em nosso país, mas em todo o mundo.

V — Fatores que contribuem para o vício

Embora possa ser considerado como doença, está claro que diversos fatores contribuem para a ocorrência do vício da embriaguez. Estudiosos identificam como principais a tensão emocional, as perdas afetivas, as angústias, as dificuldades de relacionamento, a solidão e as pressões grupais, que podem atuar isolada ou conjuntamente. A opressão, a injustiça, o salário de fome, o subemprego e o desemprego, causadores da miséria e da marginalização econômico-social e cultural da maioria do povo, contrastando com a opulência e como próprio "alcoolismo caseiro ou de salão" de uma minoria privilegiada, contribui indiscutivelmente para o alcoolismo de parte dos viciados.

Na verdade, conforme já frisamos acima, o álcool é parte integrante do modo de vida de quase todos os povos e isto contribui seguramente para o seu consumo generalizado, seja de forma moderada, seja de forma intensa, seja de forma abusiva (alcoolismo como doença ou não). Pode-se dizer que o álcool corre nas veias da própria sociedade humana, constituída de homens incapazes de conciliar a praxis com os princípios éticos que fundamentam o discurso teórico de condenação ao etilismo. Censuramos o ébrio que se entrega ao vício, destruindo-se a si próprio e causando males terríveis à família e à sociedade, mas não admitimos deixar de tomar o nosso aperitivo. É raro encontrar uma pessoa absolutamente abstinência, ou seja, alguém que mesmo eventualmente não tome um copo de vinho, de cerveja, de uísque, de cachaça ou um cálice de licor.

Conforme assinalou Alexander Hill, apesar de ser uma das drogas mais letais para o ser humano, o álcool adquiriu um perigoso prestígio e consenso através dos tempos. E chama a atenção para o fato de que "beber socialmente é tão corriqueiro quanto andar de automóvel ou frequentar restaurantes"⁽⁹⁾.

VI — Alcoolismo e delinquência

No século passado, estudiosos chegaram a conclusões divergentes, mas que serviram para demonstrar alguns aspectos interessantes do problema. O criminólogo N. Colajanni, em 1886, publicou um artigo no qual afirmava que, na Itália, o alcoolismo estava presente na proporção de 3 a 9% dos autores dos assassinatos, envenenamentos e incêndios cometidos naquele país, enquanto que, na França, a embriaguez era responsável por 3% dos crimes ali praticados.

Outros estudos, no entanto, atribuíram uma importância bem maior ao alcoolismo na etiologia criminal. Para Bauer, criminólogo alemão, que estudou o assunto no mesmo período, 63% dos homicídios de seu país haviam sido praticados por pessoas em estado de embriaguez; o mesmo havia sido constatado em relação a 68,8% das lesões corporais; 74,5% dos incêndios e 60,2% dos crimes sexuais. Já neste século, os percentuais referentes à Alemanha se mantiveram elevados e quase os mesmos: 63% dos condenados por delitos sexuais e 55% dos condenados por crimes

(9) Cit. por M. Machado, "Os Caminhos do Alcoolismo", Conjuntura Econômica, setembro de 1991, pág. 94.

contra a pessoa eram indivíduos que bebiam em excesso. Os números referem-se ao período 1930-1938⁽¹⁰⁾.

Uma outra investigação, realizada pelo professor Hurwitz, em 1907, chegou à conclusão de que o alcoolismo havia contribuído direta ou indiretamente para a prática de 66,8% dos crimes ocorridos na Dinamarca, nos anos de 1906-1907. Outros estudos efetuados posteriormente indicaram, porém, que a embriaguez era causa de no máximo 15% da criminalidade dinamarquesa. Na Suécia, os números referentes ao ano de 1908 são mais graves: 85% dos homicídios e 74,7% das lesões corporais teriam sido praticados por delinquentes em estado de embriaguez plena ou parcial. Os dados são de Olof Kinberg⁽¹¹⁾.

Pesquisas realizadas por Badonnel-Marchais, no Centro de Frenes, França, nos anos 60, constataram a influência do álcool na conduta de 60% dos autores de homicídios simples ("meurtres"), de 30% dos autores de homicídios qualificados ("assassinats") e de 65% dos autores de estupro⁽¹²⁾.

Nos EUA, Marvin Wolfgang examinou 588 casos de homicídios ocorridos na cidade de Filadélfia e verificou que 64% desses crimes foram praticados sob a influência do alcoolismo do autor e da vítima, ou só de um deles⁽¹³⁾.

Arocha e Rendon examinaram a conduta criminoso de 1.467 homicídios venezuelanos e constataram a influência do alcoolismo em 616 casos, ou seja, em 41,99% desses homicídios⁽¹⁴⁾.

No Brasil, o psiquiatra paulista José Moraes Mello elaborou uma pesquisa acerca dos crimes violentos ocorridos no período anterior a 1928, cujos autores se encontravam na Penitenciária de São Paulo. Segundo ele, "dos criminosos de sangue, aos sábados, 100% eram alcoólatras; aos domingos, 99,07%". Afrânio Peixoto, em sua obra clássica, mencionou o fato de que, dos 7.500 indivíduos presos por diversos delitos no Rio, 6.000 eram alcoólatras (80%).

Não há dúvidas de que os números são contraditórios e, por isso, não permitem que se chegue a uma conclusão segura, no tocante à incidência do uso abusivo do álcool como fator de criminalidade. Mas há, indiscutivelmente, uma relação entre alcoolismo e delinquência.

Paralelamente às estatísticas, que são conflitantes entre si, os autores têm manifestado posições mais ou menos convergentes. Rafael Garofalo entendia que "a embriaguez não é causa de crime senão para indivíduos predispostos", opinião que se coaduna perfeitamente com os princípios da Escola Positivista. Segundo esta, o criminoso é portador de uma predisposição de ordem biológica para a prática de condutas delitivas.

César Lombroso, criador da Criminologia e fundador da Escola Criminal, foi mais incisivo, acreditando que o alcoolismo pode não somente revelar o criminoso, como também gerá-lo. Outro neopositivista, Di Tullio, embora afirmando que o álcool, na maioria dos casos, é fator secundário de criminalidade somente atuando em relação a indivíduos predispostos constitucionalmente para o crime, não deixa

(10) Drapkin, Israel, "Manual de Criminologia", Bushatsky Editor, São Paulo, 1978, pág. 269.

(11) Pinatel, Jean, "Traité de Droit Pénal et Criminologie", Tome III, Dalloz, Paris, 1970.

(12) Idem, págs. 176 e 177.

(13) Mannheim, H., "Criminologia Comparada", I vol., Fund. C. Gulbenkian, Lisboa, 1984, pág. 364.

(14) Mayorca-Pizzotti Mendes, "Criminologia", Ed. Res. Univ., São Paulo, 1975, pág. 225.

de admitir que "há crimes que se relacionam exclusivamente com um estado de embriaguez".

Por sua vez, os autores contemporâneos não divergem desse entendimento, apesar de atenuar a importância do alcoolismo na etiologia criminal. Israel Drapkin frisa o "inquietante paralelismo, mas exato, que existe entre o alcoolismo e a curva da criminalidade: onde se bebe mais álcool, há mais criminalidade"⁽¹⁵⁾.

VII — Criminografia do alcoólatra

Se existem divergências quanto aos números referentes ao alcoolismo (seja na forma de doença, seja na forma de uso abusivo) como fator de delinquência, não se pode deixar de reconhecer que há uma **criminografia do alcoólatra**, marcada por homicídios, lesões corporais, estupros, e atentados ao pudor, crimes contra a assistência familiar (abandono material, abandono intelectual, maus-tratos), crimes contra a honra (calúnia, difamação e injúria) e pelos delitos de trânsito. Embora não seja uma criminalidade só do alcoólatra, são estes os crimes geralmente que o alcoolista (doente ou não) pratica. São crimes que provavelmente não seriam cometidos se os seus autores estivessem em estado de sobriedade etílica.

Abordando o assunto, Enrico Altavilla escreve que a particular criminalidade do alcoólatra se manifesta por um "tiranismo familiar, perseguindo filhos e a mulher, fazendo faltar-lhes o necessário à subsistência e ostentando um ciúme injustificado, que pode levar a grandes delitos de sangue"⁽¹⁶⁾.

Não há dúvida de que as consequências desastrosas do alcoolismo se fazem sentir de forma imediata, mais intensa e mais cruel, aí incluindo as condutas criminosas, junto à família. As agressões e ofensas ao outro cônjuge e aos filhos são os primeiros resultados do uso abusivo de bebida alcoólica: são mulheres (excepcionalmente também maridos!) espancadas, filhos maltratados física e moralmente. Com a embriaguez crônica, as brigas e agressões tornam-se insuportáveis e a família se desintegra. O casal se separa e, não raro, os filhos acabam abandonados material e moralmente pelo progenitor alcoólatra. São estas, indiscutivelmente, as condutas criminosas mais freqüentemente cometidas pelos indivíduos que abusam do uso de bebidas alcoólicas.

Não é preciso ser estudioso do assunto para verificar a ocorrência desse fenômeno. Qual é o leigo que desconhece a existência da chamada criminalidade de fim de semana? Principalmente nas pequenas e pacatas cidades, é comum que os crimes de violência ocorram nos sábados e domingos, durante as festas ou nos bares, estes geralmente vazios nos dias de semana.

Todos sabem que esta criminalidade violenta é fruto da embriaguez, daquilo que um Promotor de Justiça, nas conversas de Fórum, denominava ironicamente de "**violenta emoção engarrafada**". É praticada pelos criminosos ocasionais, que vivem regularmente, seja do ponto de vista moral, familiar, profissional ou social. Um belo dia, porque alcoolizados, acabam praticando um homicídio, uma lesão corporal grave ou um estupro. Em seguida, já sóbrios, arrependem-se sinceramente do ato cometido.

(15) Ob. cit., pág. 268.

(16) "O Delinquent e a Lei Penal", vol. II, Coimbra D., 1964, pág. 69.

Esta é a forma tradicional de manifestação da delinquência resultante da embriaguez, mas é preciso não esquecer que hoje não representa ela uma parcela significativa da criminalidade contemporânea brasileira, marcada principalmente pelos crimes contra o patrimônio, com ou sem violência. Os autores destes crimes, geralmente marginalizados da sociedade urbana em que deveriam estar inseridos, cometem seus delitos condicionados por fatores bem mais complexos, onde a embriaguez aparece como consequência da própria miséria a que estão submetidos.

Há um tipo moderno de delinquência onde o alcoolismo constitui fator significativo. Trata-se dos numerosos e graves acidentes automobilísticos causados por motoristas alcoolizados. As estatísticas, mais um vez, demonstram que nos finais de semana estes crimes aumentam a sua incidência, o mesmo acontecendo nos feriados e nos períodos de férias. Há estatísticas indicando que, no Brasil, o álcool é responsável por 60% dos acidentes de trânsito⁽¹⁷⁾. Considerando-se que, a cada ano, morrem 50.000 pessoas e que mais de 400.000 ficam lesionadas, em decorrência de acidentes de trânsito, fica fácil avaliar quantas mortes e lesões são causadas por motoristas alcoolizados.

Conclusões

1 — Em relação a certos tipos humanos geneticamente predispostos, a OMS reconhece que o alcoolismo é uma doença, classificando-a, no Código Internacional de Doenças, como Síndrome da Dependência Alcoólica. Esta posição é aceita pela classe médica em geral, por estudiosos e pelos movimentos que combatem o etilismo, com divergências apenas quanto à natureza e a etiologia da doença.

2 — Apesar dos males catastróficos causados pelo uso abusivo de bebidas alcoólicas, seu consumo sempre foi intenso em todas as épocas e em todos os lugares, o mesmo acontecendo na atualidade, onde o "beber socialmente" é aceito como um comportamento normal.

3 — Nossa legislação penal não exclui a culpabilidade penal de quem comete o crime em estado de embriaguez voluntária ou culposa, seja ela plena ou parcial (art. 28, II), prevendo inclusive uma agravante, no caso de embriaguez preordenada (art. 61, II, letra "I"). Trata-se, nos dois primeiros casos, de formas de responsabilidade objetiva, adotada por razão de simples conveniência político-criminal. Tanto é que, se a embriaguez plena decorrer de força maior ou caso fortuito, a lei positiva admite a exclusão da culpabilidade, podendo haver diminuição do grau de censura e, conseqüentemente, da pena, se a embriaguez, nestes dois casos, for apenas parcial (art. 28, §§ 1.º e 2.º do CP).

4 — O uso abusivo de bebidas alcoólicas é, indiscutivelmente, fator de delinquência. As estatísticas não coincidem, nem são exatas mas é inegável que um grande número de crimes de violência (homicídio, lesões corporais), de crimes sexuais e de crimes contra a honra, são praticados por indivíduos em estado de embriaguez etílica. Provavelmente, a grande maioria desses crimes não ocorreria se os seus autores se mantivessem em estado de sobriedade.

5 — Verifica-se a existência de uma "criminografia do alcoólatra", que se manifesta por crimes de violência física e/ou sexual, crimes contra a honra e, principalmente, por crimes contra os próprios familiares (agressões físicas e morais,

(17) Revista CIPA, n.º 132, 1990, pág. 32.

perseguições, castigos imoderados e cruéis, abandono material de filhos menores, etc.). É comum agressões físicas e morais contra vizinhos e pessoas da relação de amizade do próprio alcoólatra. Nesta criminografia do alcoólatra inserem-se também os inúmeros delitos de trânsito praticados por motoristas alcoolizados.

6 — Se considerarmos que a delinquência contemporânea é marcada pelo grande índice de crimes contra o patrimônio, praticados com ou sem violências, aí incluída a criminalidade não reprimida (crimes econômicos, crimes financeiros, de sonegação fiscal, contra a seguridade social, etc.), delinquência essa em que a embriaguez do agente não será senão uma circunstância episódica e ocasional, é de se reconhecer que a importância do alcoolismo como fator efetivo de delinquência, fica bastante atenuada e limitada apenas aos casos acima mencionados e que integram a criminografia do alcoólatra.